

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

2

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

**DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS**

2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-239-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.392210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO







Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!


Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL	
Otilia Martins de Magalhães Rita de Cássia Cristofoleti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109071	
CAPÍTULO 2	12
EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADORA DE SABERES	
Ana Maria Petraitis Liblik	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109072	
CAPÍTULO 3	24
POLÍTICA DE INCLUSÃO E SEUS PILARES: A EXPERIÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO EM EPT	
Lizandra Falcão Gonçalves Mariglei Severo Maraschin	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109073	
CAPÍTULO 4	36
DOCENTES AFRODESCENDENTES NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE DADOS ESTATÍSTICOS RACIAIS	
Francisco Anderson Varela Bezerra Kássia Mota de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109074	
CAPÍTULO 5	44
O ACESSO AO CURRÍCULO ESCOLAR POR ALUNO COM DEFICIÊNCIA ATENDIDO EM AMBIENTE DOMICILIAR	
Sandra Adriana Scarpatti Rita de Cassia Cristofoleti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109075	
CAPÍTULO 6	55
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: REFLEXÕES SOBRE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA E NA UFMT (ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA)	
Ana Paula Elias Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109076	
CAPÍTULO 7	62
DESAFIOS DO ENSINO PRESENCIAL EM ÉPOCA DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERSPECTIVA DOS ALUNOS DE UM CURSO SUPERIOR PRESENCIAL	
Luciano Furtado Corrêa Francisco Alessandra de Paula	

Roberto Candido Pansonato

Elton Ivan Schneider

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109077>


CAPÍTULO 8..... 72

O LUGAR DAS TDIC NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFSC

Grayce Lemos

Rosely Zen Cerny

Elizandro Maurício Brick


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109078>

CAPÍTULO 9..... 80

UM OLHAR SOBRE A QUÍMICA NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DE SALINAS-MG

Eliana Ramos Figueiredo

Elízio Mário Ferreira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3922109079>

CAPÍTULO 10..... 87

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO FERRAMENTAS AO ENSINO DE GEOGRAFIA

Ana Rita Xavier

Aline Fernandes Brown e Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090710>

CAPÍTULO 11..... 101


O CORPO E A CIDADE À LUZ DOS OLHARES E NARRATIVAS DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Letícia de Souza Blanco

Carla Cristiane Souza da Silveira

Maria Cristina de Queiroz Barbosa


Viviane Penso Magalhães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090711>

CAPÍTULO 12..... 113

NARRATIVAS VISUAIS NA PROSA DO MUNDO

Tereza Ramalho de Azevedo Cunha








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090712>

CAPÍTULO 13..... 129

LETRAMENTOS ACADÊMICOS EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES


Ana Paula da Silva Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090713>

CAPÍTULO 14	150
TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elisangela Dias Brugnera	
Maria Angélica Dornelles Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090714	
CAPÍTULO 15	159
POTENCIALIDADES DO ENSINO <i>ONLINE</i> NO ALARGAMENTO DO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Ana Luísa Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090715	
CAPÍTULO 16	169
A ARTE DO <i>GRAFFITI</i> NA ESCOLA: INTERVENÇÃO ARTÍSTICA E EDUCACIONAL	
Gleydson Rogério Coutinho	
Mislayne Lima Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090716	
CAPÍTULO 17	182
ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA DOCENTE	
Mateus Souza de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090717	
CAPÍTULO 18	196
SABERES E DOCÊNCIA VIRTUAL: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA JUNTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	
Adarita Souza da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090718	
CAPÍTULO 19	207
DESEMPENHO DOS/AS ESTUDANTES DE RIO VERDE- GOIÁS NA AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO	
Fernanda Barros Ataídes	
Olenir Maria Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090719	
CAPÍTULO 20	219
A GESTÃO ESCOLAR NA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O CASO DA ESCOLA “TRÊS EM UM”	
Isabel Matos Nunes	
Márcia Alessandra de Souza Fernandes	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090720	
CAPÍTULO 21	231
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO SECUNDÁRIO EM	

MOÇAMBIQUE

Sarifa Abdul Magide Fagilde

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090721>


CAPÍTULO 22..... 240

AS SENSIBILIDADES NA SALA DE AULA NO SÉCULO XXI E OS DESAFIOS DO PROFESSOR

Nágila Valinhas de Castro e Souza

Antonio da Paixão Barroso Filho

Fabiana Amaral Bouchardet Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090722>

CAPÍTULO 23..... 244


O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE A TODA SOCIEDADE BRASILEIRA POR MEIO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Natanielly de Paula Freitas

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

Mileide Terres de Oliveira

Juliano da Cruz Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090723>

CAPÍTULO 24..... 255


UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Natanielly de Paula Freitas

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

Mileide Terres de Oliveira


Juliano da Cruz Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090724>

CAPÍTULO 25..... 270

A PREPARAÇÃO BÁSICA PARA O TRABALHO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

José Maria Leite Botelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090725>


CAPÍTULO 26..... 283

ROBOTICA EDUCACIONAL LIVRE COMO METODOLOGIA ATIVA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

Elcio Schuhmacher

Vera Rejane Niedersberg Schuhmacher

Douglas Ropelato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39221090726>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 295

ÍNDICE REMISSIVO..... 296

UM OLHAR PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Data de aceite: 01/07/2021

Natanielly de Paula Freitas

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Ajes do vale do Juruena (2016). Cursando Pós-Graduação em Educação e Educação de Tempo Integral Perspectivas e Desafios pela Faculdade Fael.

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite

Doutoranda em Educação UNESP SP. Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Mileide Terres de Oliveira

Graduação em Língua Portuguesa, Inglesa e respectivas Literaturas. Pós-graduada em LIBRAS. Mestre em Linguística (UNEMAT). Doutora pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atua como professora efetiva do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico/Libras do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) campus Juína-MT.

Juliano da Cruz Silva

Especialista em Direito Público; Mestrando em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP. Procurador Geral do Município de Juína MT

Esse artigo é parte integrante do “Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Pedagogia do Instituto Superior de Educação da AJES, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia” (2016), intitulado como: Análise da educação de tempo integral em uma escola Municipal na cidade de Juína MT.

RESUMO: A história da educação brasileira se inicia com a chegada dos primeiros jesuítas, esses por sua vez tinham como objetivo principal a catequização indígena, a fim de conquistar mais fiéis para a igreja católica. Esse fato datou a história da educação no Brasil e a partir daí muitos outros acontecimentos contribuíram para a educação que a sociedade tem nos dias atuais. Este estudo busca refletir a história da educação no Brasil, com esse propósito aponta como objetivos: entender como se estabeleceu todo o processo histórico da educação brasileira; analisar quais fatos contribuiu para uma educação leiga e quais foram os principais percursos da educação no Brasil. Para tal, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica. Os resultados apontaram que foram muitos os acontecimentos que contribuíram para a educação que se encontra no contexto atual.

PALAVRAS - CHAVE: História da Educação. Principais fatos da educação Brasileira. Manifesto dos Pioneiros.

ABSTRACT: The history of Brazilian education begins with the arrival of the first Jesuits, which had as main objective the indigenous catechization, in order to gain more faithful to the Catholic Church. This fact dated the history of education in Brazil and in the sequence; many other events contributed to our present society. This study reflects the history of education in Brazil and aimed understand how settled the historical process of Brazilian education; what facts contributed to a secular education; which was the main precursors of education in Brazil. For this, we used a literature review. Our results

showed that many events contributed to current education.

KEYWORDS: History of education. Main facts of Brazilian education. Manifesto of the Pioneers.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de leituras e análises referente ao processo de educação no Brasil. Ainda nos dias atuais a educação brasileira encontra-se caminhando em passos lentos, muitas são as tentativas governamentais para oferecer uma educação igualitária e de qualidade para toda a sociedade.

É relevante discutir o processo histórico da educação brasileira, que se iniciou com a chegada dos padres jesuítas. Muitos foram os retrocessos e avanços nesse processo, mas, nesse trabalho, serão destacados apenas alguns dos principais acontecimentos.

Nesta pesquisa procurou-se responder à seguinte questão: Como se estabeleceu o processo histórico da educação brasileira? Tendo como objetivo principal: entender como se estabeleceu todo o processo histórico da educação brasileira e os objetivos específicos: analisar quais fatos contribuiu para uma educação leiga e quais foram os principais percursos da educação no Brasil.

Essa pesquisa se justifica por levar ao leitor de uma forma clara e concisa os principais acontecimentos que marcaram a história da educação brasileira, e assim levá-lo a entender melhor a educação nos dias atuais.

METODOLOGIA

A metodologia é o caminho a ser percorrido para coletas de dados acerca de algum assunto. Assim, busca-se, através de questionários, observação empírica e pesquisas bibliográficas, entender como acontece e como aconteceu determinado assunto, e as ideias de alguns autores que discutem essa temática. Nesse propósito, esse trabalho tem como linha de investigação a pesquisa bibliográfica.

Segundo Rodrigues (2007, p.01),

A metodologia científica é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática (RODRIGUES, 2007, p. 01).

Primeiramente foram realizadas pesquisas em sites acadêmicos, tais como: Scielo, Google Acadêmico, e outros, com o intuito de selecionar trabalhos que viessem ao encontro da temática proposta para essa discussão.

Foram utilizadas algumas palavras-chave, podendo ser destacas para essa pesquisa: História da educação, Educação Jesuítica, Educação Colonial, Educação, Leiga, Manifesto dos Pioneiros, etc. Depois de realizado os *downloads*, foram feitas leituras em

todos os trabalhos já pré-selecionados, posteriormente foi feita uma nova seleção, dentre os critérios de seleção destaca-se os autores e obras reconhecidas, além de selecionar somente aqueles artigos, teses, livros e outros que discutissem de forma clara o assunto.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

De fato, desde o descobrimento do Brasil, em 1500, a educação brasileira passou por momentos de conquistas e perdas no que tange à qualidade do ensino. Dessa forma, é nítido que a educação que se tem hoje ainda busca seu espaço em direção a uma educação que garanta a eficácia no ensino e seja capaz de interferir na sociedade (GHIRALDELLI, 2001).

Segundo Piletti e Piletti (1990), o processo histórico de educação brasileira começa com a vinda da Companhia de Jesus ao Brasil, fundada por Inácio de Loyola (1491-1556). Essa Companhia foi criada quando os fiéis (burguesia e reis) da Igreja Católica se revoltaram contra suas ações que, entre tantas se destacava a venda de indulgências¹, nascendo naquele momento a Reforma Protestante.

No século XV, a burguesia e a realeza buscavam cada vez mais o poder e a riqueza, no entanto, esse ato era condenado pela Igreja, embora ela mesma tivesse grandes riquezas e propriedades. Dessa forma, nasce a revolta contra a Igreja Católica, pois segundo Apolinário (2007, p.110) “tais mudanças foram fundamentais para que as críticas se transformassem em rupturas e levassem a reforma religiosa do século XVI”. Inácio de Loyola, observando que a Igreja perdia seus fiéis, fundou, então, a Companhia de Jesus, que buscava, através da educação missionária, conquistar novos fiéis.

A Reforma Protestante teve início no século XVI, quando o monge alemão Martinho Lutero se revoltou contra as ações da Igreja Católica. Nesse sentido, Silveira (2007, p. 26) sustenta que:

Sob a **influência de Martinho Lutero**, os quatro pilares da Reforma Protestante do século XVI – Solo Christo, Sola Fide, Sola Gratia e Sola Scriptura - passaram a figurar os ensinamentos de que a salvação, a justificação, acontece Somente por Cristo (não mais junto com Maria), Somente pela fé (não mais pelas obras), Somente pela graça (não mais pagando) e Somente pelas Escrituras (não mais pela tradição e nem pela interpretação da Bíblia que a direção da igreja ensinava) (SILVEIRA, 2007, p. 26, **grifo nosso**).

Em 1549, os jesuítas abarcaram para o Brasil, juntamente com o primeiro Governador dessa colônia, Tomé de Sousa. A Companhia de Jesus chefiada pelo Padre Manoel de Nóbrega², tinha como objetivo expandir a fé cristã e a educação dos povos

1 Em 1517 o papa Leão X decretou a venda de indulgências, que assegurariam o perdão dos pecados de uma pessoa em troca de uma quantia de dinheiro. O dinheiro seria usado no término da construção da basílica de São Pedro, em Roma (APOLINÁRIO, 2007, p.110).

2 Manoel da Nóbrega nasceu na região do Minho, em Portugal, em 1517. Estudou nas universidades de Salamanca e Coimbra. Entrou para a Companhia de Jesus em 1544, três anos após formado. Em 1552 saiu da Bahia e veio para São Paulo, onde fundou o Colégio São Paulo na aldeia de Piratininga, a futura cidade de S. Paulo. Morreu no Rio de Janeiro em 1570. (GHIRALDELLI JR, 2001, p.13).

nativos, tentando conquistar novos fiéis para a Igreja Católica. Nesse intuito, “ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus” (PILETTI; PILETTI, 1990, p. 135). Nesse sentido, Rossi, (2009) observa que:

Falar de **educação** na sociedade **colonial brasileira** é falar de como os homens se educavam, os **valores e virtudes** a serem favorecidos, os vícios a serem evitados, os saberes considerados fundamentais para o exercício da vida comum ou da vida letrada, tudo isso em meio a um contexto em que o Brasil, enquanto nação, não existia ainda, pois **predominavam a política, a economia, a cultura portuguesas**. (ROSSI, 2009, p.32, **grifo nosso**).

Os jesuítas possuem grande importância no processo histórico da educação brasileira. Com a vinda dessa Companhia para o Brasil, começam os primeiros passos da história da educação brasileira. Ao se instalarem com suas caravanas, primeiramente em Salvador, onde chegaram em 1549, e rapidamente por diversas partes do território brasileiro, vão transformando o estilo de vida tropical em europeu (SILVEIRA, 2007).

A catequização dos povos nativos (indígenas) se deu por meio da leitura e escrita. Neste intuito, para atrair as crianças nativas, os jesuítas as colocavam para desempenhar esse papel. Para Piletti e Piletti (1990, p.135- 136), “só seria possível catequizar os índios, os filhos dos senhores de engenho, os colonos e os escravos convertendo-os a fé católica se primeiramente esses soubessem ler e escrever”. Assim, surgiu a escola de primeiras letras no Brasil.

Nessa época, o ensino era destinado somente aos filhos dos colonos, do sexo masculino, pois, nesse período, a educação feminina era voltada somente as “boas maneiras e prendas domésticas” (TRINDADE, [200?]).

A Companhia de Jesus também foi a responsável pela criação dos ensinos secundário e superior no Brasil, com o objetivo de formação religiosa, porém, os filhos da elite se viam obrigados a estudarem nesse sistema de ensino voltado para a religião, pois eram os únicos colégios disponíveis (GHIRALDELLI JR, 2001).

Conforme as pertinentes ideias de Trindade ([200?]), desde o período colonial já se observava a discrepância entre as classes sociais, visto que a educação que visava um ensino mais rigoroso e preparatório para as universidades era destinada à formação da elite.

De acordo com as palavras de Piletti e Piletti (1990, p.136), o ensino secundário abrangia três cursos, sendo eles: “o curso de Letras, Filosofia e Ciências, já os cursos superiores eram destinados às disciplinas de Teologia e Ciências Sagradas, voltados para a formação de sacerdotes”. Além das escolas de primeiras letras, a Companhia de Jesus organizou mais uma forma de se manter no poder no que se refere a educação, e elaborou um plano de ensino denominado “*Ratio Studiorum*”³. Esse sistema era uma forma de

3 O *Ratio Studiorum* era a organização e plano de estudos da Companhia de Jesus (1599), baseado na cultura europeia. Consistia em aulas elementares de Humanidades, Filosofia (Artes), e Teologia, possibilitando a obtenção dos

organização dos estudos utilizado pela Companhia de Jesus.

Os jesuítas foram os precursores da educação movidos pela fé cristã e sentimentos religiosos. Após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal⁴, a educação brasileira entrou em declínio e rupturas. Diante desse novo contexto, estabeleceu-se no Brasil as aulas régias de Latim, Grego e de Retórica, que, segundo Piletti e Piletti, (1990, p.137) “nem de longe chegaram a substituir o eficiente sistema de ensino organizado pela Companhia de Jesus”.

Esse novo momento da educação, as aulas régias⁵, ficou conhecido como a Reforma Pombalina, devido à expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Para Aranha (2006, p.175), ao “expulsar os jesuítas, instituiu naquele mesmo ano a educação leiga, com responsabilidade total do Estado”, ou seja, educação voltada para o ensino pedagógico e não mais para a catequização.

Nesse momento educacional, com a educação sendo responsabilidade do Estado, o ensino passa a servir aos interesses de quem governa, deixando de ser voltada aos interesses da Igreja, passando a ser mais próxima dos ideais iluministas⁶, buscando-se um ensino pedagógico (GHIRALDELLI JR, 2001).

A educação brasileira, após a expulsão dos padres jesuítas, passa a ser definida através do conhecimento intelectual, e não pelo viés religioso. Porém, após a expulsão dos jesuítas, o ensino brasileiro entrou em rupturas, pois, “deixam de existir, repentinamente, dezoito estabelecimentos de ensino secundário e cerca de 25 escolas de ler e escrever” (PILETTI; PILETTI, 1990, p.139).

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, mudou o cenário da educação brasileira. Nesse tempo, a França liderada por Napoleão Bonaparte decide invadir Portugal. Por este motivo, a Família Real decidiu vir para o Brasil. Após a sua instalação no Rio de Janeiro, o Brasil passou a ser sede do reino português. D. João VI criou alguns cursos profissionalizantes, Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. O ensino do império foi dividido em três níveis: primário, secundário e superior (GHIRALDELLI JR, 2001).

títulos de bacharel, licenciado e mestre em artes (TRINDADE, [200?], p. 02).

4 Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e, em seguida, transformado em Marquês de Pombal (1699-1782), foi o Primeiro Ministro de D. José I. Marcou o século XVIII e o absolutismo régio através de uma política de concentração de poder com o objectivo de restabelecer a economia nacional e resistir à forte dependência desta relativamente à Inglaterra (GHIRALDELLI, 2001, p.14).

5 Eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. Ou seja: os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e, uma vez tendo colocado a “escola” para funcionar, requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho do ensino (GHIRALDELLI JR, 2006, p.27)

6 O século XVIII conheceu várias revoluções. A Revolução Industrial, a Revolução Francesa e também a Revolução Intelectual. O auge da Revolução Intelectual em Filosofia se deu com o Iluminismo, também chamado de “Ilustração” ou “Filosofia das Luzes”. Esse movimento iniciado na Inglaterra e rapidamente difundido pelo norte da Europa, condenava o Antigo Regime, combatendo assim o absolutismo monárquico, que era considerado um sistema injusto por impedir a participação burguesa nas decisões políticas e impedir a realização de seus ideais. Combatia também o mercantilismo, que impedia à livre iniciativa e o desenvolvimento espontâneo do capitalismo e o poder da igreja, pois esse poder baseava-se em verdades reveladas pela fé. Isso se chocava com a autonomia intelectual defendida pelo racionalismo iluminista (SILVA *et al*, 2001, p.08).

O ensino primário ou elementar ficaria destinado à população rural, sendo essa, até esse momento, a população mais predominante. O ensino secundário estaria voltado a uma educação preliminar ao ensino superior, ficando ainda mais propedêutico quando, em 1837, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Colégio D. Pedro II. Sob o poder da Coroa, esse colégio servia de padrão aos demais e visava uma educação elitista. Já o ensino superior que o Brasil oferecia era mais uma vez voltado aos interesses da Coroa, visto que esse ensino visava formar oficiais para o exército e marinha, com o propósito de defesa para a colônia brasileira (ARANHA, 2006).

No entanto, esse novo modelo de educação que D. João VI implanta no Brasil nada mais vinha a atender do que seu próprio interesse e necessidades do governo, pois o ensino primário, assim como o ensino profissionalizante perdia espaço para os cursos secundários e superiores, que por sua vez, passaram a ser privilegiados pelo governo (ARANHA, 2006).

Nesta perspectiva, o período Joanino foi um marco no processo de educação, ganhando avanços consideráveis que possibilitou o crescimento educacional no Brasil daquela época. No entanto, esses avanços eram elitistas.

Surge o período imperial (1822-1888), marcado pela volta da Família Real para Portugal, pela Proclamação da Independência em 1822, por D. Pedro I, que assume o trono e a primeira Constituição Brasileira de 1824 (GHIRALDELLI JR, 2001).

Na Constituição de 1824, segundo Aranha (2006, p.222) “mantiveram-se o princípio de liberdade de ensino sem restrições e a intenção de instrução primária gratuita a todos os cidadãos”. No entanto, embora essa Constituição abordasse em seu texto um sistema nacional de educação, isso não acontecia na prática, devido aos vários problemas econômicos, técnicos e políticas desse período.

A falta de recursos para se construir escolas e adquirir materiais pedagógicos afetou a educação. A falta de professores também era outro problema enfrentado neste período, instalando-se então o Método Lancaster. Este ensino, segundo Ghiraldelli Jr (2001), acontecia de forma “mútua”, ou seja, aqueles alunos mais adiantados ajudavam aqueles menos adiantados, trabalhando como se fossem monitores dos professores. Segundo Aranha (2006), o Método Lancaster recebe este nome em consideração ao seu precursor: o pedagogo Joseph Lancaster.

Esse é um método inglês criado para atender o maior número de alunos com pouquíssimo gasto. É importante evidenciar que os monitores surgiram em meio a uma necessidade apresentada durante o período imperial, e que esse cargo ainda é exercido por muitos alunos nos dias atuais, trabalhando de forma conjunta com os professores no intuito de proporcionar a mais pessoas um conhecimento maior.

Segundo Nascimento *et al* (2012), D. Pedro II para tentar reverter os prejuízos no processo de educação promove a descentralização do ensino, passando a responsabilidade para as Províncias, ficando apenas a educação superior sobre o poder do governo central.

A Primeira República (1889-1929) é lembrada pelo fim do voto censitário⁷, pela urbanização das cidades, pela descentralização do poder e o fim dos títulos de nobreza. O modelo político que passa a vigorar é o presidencialista (GHIRALDELLI JR, 2006).

O voto censitário dava o direito a apenas algumas pessoas de votar, ficando nas mãos da elite, a classe dominante. No entanto, após a Primeira República, o direito ao voto foi alterado através da Reforma da Constituição de 1824 pela Lei Saraiva. Ela garantia o direito ao voto direto através do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, porém conseguiu afastar ainda mais a população do direito ao voto, pois a partir dela os analfabetos não tinham direito de votar (FERRARO, 2013).

Esse período, segundo Aranha (2006, p.294), também é “designado como República Velha, República Oligárquica, República dos Coronéis”. Para a autora, esta forma de se referir ao governo descrevia as características da época, ou seja, sempre prevalecia o poder nas mãos dos fazendeiros, coronéis ou pessoas de influência. Segundo Ghiraldelli Jr:

A Primeira República durou quarenta anos. Foi a época da **política café com Leite**. Grupos de proprietários e homens influentes em **Minas gerais** (coronéis do leite) e em **São Paulo** (barões do café) se alternaram no controle da presidência da República (GHIRALDELLI JR, 2006, p. 39, **grifo nosso**).

Para Vieira ([200?], p.06), essa fase pode ser caracterizada como a alternância de poder, pois o governo era liderado somente através desses dois grupos, sendo eles o Partido Republicano Paulista-PRP e o Partido Republicano Mineiro-PRM, passando então a ser chamado de período do governo como República Café com Leite.

No que tange ao ensino na Primeira República, muitas foram as Reformas realizadas durante esse governo, principalmente para o Ensino Médio e Superior, como assim é conhecido nos dias atuais.

Dentre essas Reformas pode-se destacar a Reforma Benjamim Constant (1890), que fracassou com menos de um ano e a Reforma de Carlos Maximiliano (1915), sendo esta a que vinha ao encontro das necessidades da população.

Na Reforma Benjamim Constant evidenciou-se como princípios a laicidade e gratuidade do ensino primário, assim como a modificação na matriz curricular no ensino secundário, acrescentando o estudo de ciências fundamentais. No entanto, essa reforma, apesar de ser bem elaborada, não agradou aos estudantes, sendo revogado com menos de um ano de duração (PINHO, 2010).

A Reforma de Carlos Maximiliano foi, talvez, uma das mais inteligentes da época, onde buscou-se aproveitar os progressos das Reformas anteriores, priorizando a qualidade do ensino secundário. Essa reforma também foi “responsável pela criação da primeira Universidade Brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, resultante do agrupamento em

⁷ No Brasil, a Constituição de 1824 adotou uma modalidade de voto onde apenas algumas pessoas, em razão de sua riqueza, teriam o direito de votar. Trata-se do chamado voto censitário, originário do Direito Romano, que dentre outras restrições, estabelecia uma renda mínima para alguns cidadãos terem direito ao voto (QUEIROZ, 2008, p.10).

uma única instituição da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de uma escola livre de Direito” (PINHO, 2010, p.76).

O que se pode observar é a semelhança da educação atual para a de mais de cem anos atrás, desde a falta de estrutura, como a descentralização e mudanças variadas no modelo de ensino. Desde o período Jesuítico até a Primeira República o ensino passou por várias mudanças, sempre em busca de uma educação que contempla toda a sociedade.

No período que corresponde à Segunda República (1930-1936), a Revolução de 1930 foi um marco para o crescimento do Brasil, no que se refere a produção capitalista. Essa Revolução se embasava no fim do poder da “República Café com Leite”.

Para Ghiraldelli Jr (2006. p.39), essa ruína do poder da Primeira República “criou a oportunidade de grupos gaúchos e outros acenderem ao poder, mas não através das eleições, e sim através da Revolução de Outubro de 1930”. Nessa chamada Revolução de 30, Getúlio Vargas governou o país. Durante o Governo Provisório, que durou por volta de quinze anos, Vargas elaborou um plano de “reconstrução nacional⁸”, onde, no item três, era abordada a educação.

Difusão intensiva do **ensino público**, principalmente **técnico-profissional**, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados; para ambas as finalidades justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas (GHIRALDELLI JR, 2006, p.40, **grifo nosso**).

Em 1930 o Brasil passava por um processo de industrialização avançado. A reconstrução nacional, voltada para o âmbito educacional, procurou expandir o ensino público, em especial na classe técnico-profissional (GHIRALDELLI JR, 2006).

Durante a Segunda República a Reforma de Francisco Campos trouxe avanços para a educação brasileira, pois foi nela que se organizou e regulamentou o ensino secundário e superior, através do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do Ensino Secundário e o Decreto de nº19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior. Neste decreto o ensino secundário visava à preparação para o curso superior (PINHO, 2010).

Segundo Aranha (2006, p.306), após a Reforma de Campos o ensino superior passou a ter mais “autonomia didática e administrativa, ênfase na pesquisa e difusão da cultura”. Neste sentido, aconteceram alguns avanços na educação brasileira, embora, em sua grande maioria, eles beneficiassem a elite burguesa.

Também, em 1932, entre as conferências que se faziam para discutir a educação nasceu o que conhecemos como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” tendo como seguidores: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço filho dentre outros grandes

8 Apresento à sociedade brasileira o documento Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. O projeto é um desdobramento necessário dos ideais defendidos durante a campanha eleitoral e que foram consagrados nas eleições democráticas de 1989. Minha proposta de Governo incorporava como ponto fundamental, o anseio do povo brasileiro por mudanças profundas. Mais do que isto: incorporava uma concepção do que seria o Brasil moderno e das condições de realizar o salto qualitativo na vida nacional (COLLOR, 2008, p.20).

nomes da educação (GHIRALDELLI JR, 2006).

Em concordância com as palavras de Menezes (2001), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um marco para a educação brasileira. Esse Manifesto vinha em direção ao direito do povo, buscando uma educação “igualitária e pública para toda a sociedade”.

Esse Manifesto resultou, na verdade, em um dos documentos mais importantes para a história da educação brasileira, redigido por alguns intelectuais da época, tais como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles, entre outros, que tinham como objetivo descentralizar a educação da elite e direcioná-la a toda a sociedade. Porém, conforme lembra Vieira ([200?], p. 02) “embora apresente 26 assinaturas, o Manifesto não foi resultado de uma construção coletiva, Fernando de Azevedo assumiu a autoria do documento que afirma ter feito em cinco dias”.

Em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação passa a ter grande relevância na luta por uma educação melhor. Observa-se que os intelectuais da época já entendiam e viam a educação como o único fator de crescimento para todos os setores.

Este Manifesto foi elaborado com o objetivo de levar ensino de qualidade a todas as pessoas, superando o carácter discriminatório imposto até então. Neste viés o ensino será prestado com igualdade, deixando de beneficiar somente a elite com uma educação de qualidade. Segundo Aranha (2006, p. 304), o “Manifesto foi um divisor de águas, reiterando a necessidade do Estado em assumir a responsabilidade da educação, que se achava em defasagem com as exigências do desenvolvimento”. A esse propósito Ghiraldelli Jr. argumenta:

Dentre todos os **problemas nacionais** nem mesmo os problemas econômicos poderiam disputar a primazia com o **problema educacional**. Isso porque, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas seriam, então impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção sem o preparo intensivo de forças culturais e o desenvolvimento do acréscimo de riqueza em sociedade (GHIRALDELLI JR, 2006, p.42, **grifo nosso**).

Percebe-se que os educadores engajados nesse Manifesto defendiam a educação com um ensino público e de qualidade, com professores formados e escolas laicas. A educação começa a ser analisada como um dos principais meios de mudança, sendo entendida como uma arma de luta limpa para o crescimento do Brasil.

Observa-se que no documento do Manifesto em defesa de uma educação voltada para o povo, o termo educação integral já era discutido, assim como relata Ferreira (2007), sendo, então, idealizado o pensamento de educação integral voltado para a formação do cidadão em termos de função educativa, porém essa educação integral não estava voltada para a ampliação de jornada escolar e sim na formação do cidadão integral.

De 1937 a 1945 nasce o período denominado por Getúlio Vargas como “Estado Novo”, caracterizado pelo golpe militar, quando foi elaborada uma nova Constituição. Porém, desta vez, os interesses não mais privilegiavam a educação popular, como se

observa na Carta de 1937, em seu artigo 125:

A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. **O Estado** não será estranho a esse dever, **colaborando**, de maneira principal ou **subsidiária**, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular (GHIRALDELLI JR. 2006, p.78, **grifo nosso**).

A partir deste momento, o Estado se esquivava da responsabilidade de educação populista, passando, assim, segundo as palavras do autor, a “subsidiar o ensino”, ou seja, o Estado apenas irá auxiliar, deixando, portanto, de expandir o ensino público. Neste sentido, a educação era vista como um “dualismo educacional”⁹, onde apenas parte da população tinha direito à educação, sendo essa classe a economicamente mais forte, a outra parcela da população tinha apenas o ensino profissionalizante, pois, nesse momento já se necessitava de uma maior qualificação para o trabalho devido a industrialização que se expandia (GHIRALDELLI JR, 2006).

Nascimento *et al* (2012, p. 09) menciona que muitos fatos que ocorreram durante o governo de Vargas são relevantes para a educação: “Instituto Nacional de Pedagogia, mais tarde, renomeado como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); também permitiu, no mesmo ano, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)”.

Outro fato marcante nesse governo foi à criação das Leis Orgânicas (1942) pelo Ministro Gustavo Capanema. Dentre essas Leis, destacavam-se as que visavam regulamentar o ensino secundário, além de regularizar a formação dos professores, que segundo Aranha (2006), eram “leigos, não formados”. As leis de Capanema traziam benefícios, entretanto, para sua efetivação ou aplicação encontravam-se obstáculos.

O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), na verdade, pouco se conseguiram as modificações propostas, sendo esse ensino, na prática voltado ainda para a preparação do ensino superior. Sua proposta original vinha ao encontro de uma educação voltada para a preparação de um cidadão crítico, assim como Pinho (2010, p. 96), retoma as ideias de Nunes (1999):

[...] em ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem o ameacem, um **ensino capaz**, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a **consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino** (PINHO, 2010, p.96; **grifo nosso**).

Embora a Lei argumentasse para uma educação de qualidade, voltada para o senso crítico, isso na prática não acontecia, sendo desenvolvida uma educação de preparação ao ensino superior.

A conjunção de tais fatores visa à análise de que Getúlio Vargas embora conhecido como “pai dos pobres”, mantinha a população sobre seu idealismo. De acordo com Aranha

⁹ Tratava-se de organizar um sistema de ensino bifurcado, com o ensino secundário público destinado, nas palavras do texto da lei, as “elites condutoras”, e um ensino profissionalizante para outros setores da população (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 82).

(2006), ele manipulava a opinião pública, usando da censura e promessas de “prisões, tortura e exílio” para aqueles que não seguissem suas ordens.

Entre 1946 a 1963, a história da educação brasileira conta com o período conhecido também como República Populista, caracterizado pela voz do povo, ou seja, os governantes passam a ser eleitos pelo voto do povo, onde, notoriamente, como menciona Aranha (2006), passam a ter esperança de um Brasil melhor. Com o fim do Estado Novo e a queda de Getúlio Vargas do poder, adota-se, nas palavras de Nascimento *et al* (2012), uma Constituição de cunho “liberal e democrático” (1946).

É de grande relevância mencionar que durante este período foi criada uma “comissão por Clemente Mariano com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral na Educação Nacional – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)”. Esse projeto visava o ideal de uma educação para todos, no entanto, esse projeto não foi executado, sendo engavetado por motivos de discordância, sendo aprovado somente em 1961, data que marca a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (NASCIMENTO *et al*, 2012):

Depois de 15 anos de promulgação da Constituição de 1946, a mais democrática de quantas tivemos, nasceu a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, que ganhou o número 4.024/61. Dez anos depois, o Congresso Nacional sentiu necessidade de propor alterações no ensino de 1º e 2º graus, vindo a Lei nº 5.692/71, que ganhou o nome de Reforma Passarinho, por ter sido o então ministro da Educação autor da mensagem governamental que deu origem à Lei (NISKIER, 1996, p.21, **grifo nosso**).

Neste propósito, com as Reformas de 1968 e 1971 (Reforma Universitária, que buscava uma melhor qualificação, pois o Brasil se encontrava em um crescimento industrial avançado, mão de obra, vagas nas universidades e instituição de ensino que não atendiam a demanda), houve modificações no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde estas Reformas tendiam “atrear a educação brasileira ao modelo de educação norte-americano e foram precedidas por um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for international Development* (USAID)”. Entende-se, que o objetivo maior desta cooperação/acordo, entre a USAID e o MEC era internalizar no indivíduo a esperança maior de ele se escudar nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e profissionalizante, necessária ao processo de modernização da produção nacional brasileira, ou seja, estes acordos políticos eram na prática resultados da política da Aliança para o Progresso (ARAUJO, [199?], p. 02.) (NASCIMENTO *et al*, 2012, p.10).

Esse Acordo entre o Brasil- Ministério da Educação e a *United States Agency for international Development* (USAID) foi assinado ainda no ano de 1964 na data de 26 de junho. Dentre os acordos firmados, “alguns voltavam-se para o aperfeiçoamento primário; outros, para o ensino médio e outros, ainda, para o ensino superior” (PINA, 2011, p.81). A este propósito, continua Pina:

Entre os objetivos a serem alcançados por meio das medidas acima citadas estava o **aumento da taxa de escolarização**, a **eliminação do analfabetismo e a distribuição de bolsas de estudo a alunos pobres**. Dentro deste contexto, a educação passou a ter um papel decisivo na **formação da mão de obra profissional e técnica** (PINA, 2011, p. 78, **grifo nosso**).

Neste sentido, ainda de acordo com as palavras de Pina (2011), o acordo listado como Acordo MEC-USAID, tinha como escopo modernizar a administração universitária.

Seguindo esse viés, é notoriamente sabido que, até este momento, o Brasil contou com duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo elas a primeira em 1961 com a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a segunda com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e, conseqüentemente a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, atual Lei vigente. Essa última Lei foi aprovada após a Constituição de 1988, sendo elaborada pelo Senador Darcy Ribeiro no governo de Fernando Henrique Cardoso, Lei essa que busca o pleno de desenvolvimento da pessoa humana (NISKIER, 1996, p.22).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelece as linhas mestras da educação brasileira, isto é, ela projeta uma educação a ser implantada de qualidade e equidade para todos, por meio de uma escola democrática e participativa. Neste propósito, a presente lei, define educação em seu artigo Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade **o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da **cidadania e sua qualificação para o trabalho** (SABATOVISK, 2012, p.21, **grifo nosso**).

Sendo direito de todos à uma educação que contemple aos cidadãos o pleno desenvolvimento nos aspectos cognitivos e sociais, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 estabelece os padrões mínimos de qualidade, para que ela se efetive em todo território nacional brasileiro. Assim, ela estabelece, em seu artigo Art. 3º, inciso IX – “garantia de padrão de qualidade” sendo esta reforçada no Art. 4º inciso IX - “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Estes padrões de qualidade, seguindo a lei, são obrigatoriedade e responsabilidade do Estado oferecer e garantir esta efetivação (SABATOVISK, 2012).

A LDB nº 9.394/96, buscando ainda contemplar o artigo 5¹⁰ da Constituição Federal de 1988, estabelece a carga horária mínima do trabalho escolar e a evolução das escolas para a condução a educação integral.

Art.34. A jornada de trabalho escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em **tempo integral**, a critério dos sistemas de ensino.

10 **Art. 5º** O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo (SABATOVISK, 2012, p.22).

Art.87. § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral. § 6º A assistência financeira da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a dos estados aos seus municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados. (SABATOVISK, 2012, p.41 e 57; **grifo nosso**).

Esta proposta de matriz curricular diferenciada deve oferecer atividades que possibilitem o crescimento intelectual e social dos alunos.

Para cumprir o que foi determinado nos artigos 37 e 87 da Lei nº 9.394/96, o Governo Federal cria, em 2007, o Programa Mais Educação, com o intuito de levar as escolas com baixo IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mais cultura, lazer e possibilidades de conhecimentos com a ampliação de novos tempos e espaços. O Programa Mais Educação é uma tática para as escolas em um segundo momento implantar a Escola Tempo de Tempo Integral.

CONCLUSÃO

A educação no Brasil passou e ainda passa por momentos difíceis e que contribuem para uma educação desigual para a sociedade. Muitas são as leis que afirmam que a educação é um direito igualitário para todos os cidadãos. No entanto, a realidade em que a educação se encontra é o reflexo de todo seu processo histórico.

Observa-se que muitos foram os avanços e também retrocessos em que a educação por muitas vezes se manteve. Esse trabalho trouxe um breve histórico da história da educação.

A problemática apresentada nesta pesquisa foi respondida, pois com o problema: Como se estabeleceu o processo histórico da educação brasileira? Identificou-se que a educação brasileira passou por muitos momentos, sendo cada um deles imprescindível para a educação que se apresenta no contexto educacional, sendo, portanto, estabelecido através de cada fase em que a história apresenta um novo viés, onde buscou-se com essas mudanças estabelecer uma educação de qualidade e equidade a todos os cidadãos .

Essa pesquisa é relevante porque trouxe a luz sobre a importância em se estudar e discutir a história da educação no Brasil, apontando como principal objetivo levar o leitor a entender o contexto educacional atual através dos vários acontecimentos em que a educação passou até se chegar a uma educação leiga e oferecida a todos os cidadãos de forma gratuita. Assim, como identificar os principais autores para essa faceta, podendo destacar entre os grandes nomes dos idealizadores: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço filho, dentre outros grandes nomes da educação.

Espera-se que esse trabalho venha a contribuir para outros profissionais na área da educação e a todos os estudantes e amantes da educação que queiram saber um pouco

mais sobre a história da educação e todos seus processos de implantação até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá: história**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2007.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e Pedagogia**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

COLLOR, Fernando. **Brasil: Um projeto de reconstrução nacional**. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/243024/01928.pdf>> Acesso em: 29 maio 2016.

FERRARO, Alceu Ravello. **Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881**. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a12.pdf>> Acesso em: 29 maio 2016.

FERREIRA, Cassia Marilda Pereira dos Santos. **Escola em tempo integral: possível solução ou mito na busca de qualidade?** 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestredou/images/stories/downloads/dissertacoes/2007/2007%20-%20FERREIRA,%20Cassia%20Marilda%20Pereira%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em: 28 maio 2016.

GHRALDELLI JR, Paulo. **Educadores**. 2001. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016

_____. **História da educação brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Manifesto dos pioneiros da educação nova**. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>> Acesso em: 22 abr. 2016.

NASCIMENTO, Paulo Ernesto Arrais do; RODRIGUES, Daniela Fernandes; DOMICIANO, Rosani de Lima; OLIVEIRA, Patricia Freitas de. **História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias**. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.19.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016.

NISKIER, Arnaldo (org.). **A nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: s.n. 1996.

PILEETI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)**. 2011. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93369/pina_f_me_assis.pdf?sequence=1> Acesso em : 30 abr. 2016.

PINHO, Sheila Zambello. **Caderno de formação: formação de professores educação cultura e desenvolvimento.v.1**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/96/1/Caderno_De_Formacao_v1.pdf> Acesso em: 26 maio 2016.

QUEIROZ, Arnaldo Gomes de. **O voto no Brasil: um direito ou uma obrigação?** 2008. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jsui/bitstream/123456789/206/1/Monografia%20Arnaldo%20Gomes%20de%20Queiroz.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2016.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fatima Maria. **Fundamentos históricos da educação no Brasil.** Maringá. 2. Ed. 2009. Disponível em: <<http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1053.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.

SABOTOVSK, Emílio. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 2 ed. Curitiba: s.n. 2012.

SILVA, Fábio Regateiro da; Castro, Michel da Silva; SANTANA, Rodrigo Rafael; PERREIRA, Toniel Santiago; LIMA, Valdeine Damasceno. **Illuminismo A Revolução Intelectual.** 2001. Disponível em: <http://chafic.com.br/chafic/moodle/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Temas_educacionais/Illuminismo.pdf> Acesso em: 30 abr. 2016.

SILVEIRA, Marcelo. **O discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais. Estudo da Retórica e da Argumentação no culto religioso.** São Paulo, 2007. Disponível em www.teses.usp.br Acesso em 28 de mar. 2021.

TRINDADE, Diamantino Fernandes Trindade. **Os Caminhos Da Educação Brasileira.** [200?]. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/gepi/os_caminhos_da_educacao.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2016.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **Uma reflexão acerca do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** [200?]. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf> Acesso em: 22 abr. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Tecnep 24, 25

Afrodescendência 36

Alfabetização 10, 44, 47, 49, 79, 133, 134, 207, 208, 209, 211, 218, 246, 295

Ambiente virtual de aprendizagem 193, 196, 198, 199, 201, 202, 203

Ana 8, 10, 12, 55, 87, 122, 129, 149, 159, 177, 181, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Aprendizagem ao longo da vida 159, 160, 161, 167

Aprendizagem Significativa 252, 283, 286, 287, 294

Arte 18, 21, 22, 113, 116, 119, 120, 122, 127, 128, 133, 142, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 249

Atendimento Domiciliar 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53

Avaliação 29, 31, 55, 60, 90, 133, 137, 144, 146, 151, 163, 164, 165, 177, 188, 192, 194, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 224, 225, 226, 228, 229, 230

B

B-learning 159, 160, 163, 164, 165, 168

C

Cidade 4, 21, 52, 62, 66, 74, 82, 91, 93, 94, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 170, 174, 177, 180, 181, 244, 250, 251, 255, 257, 289

Ciência Química 80, 81, 82, 84

Concepções 51, 52, 80, 81, 82, 84, 85, 99, 142, 184, 192, 194, 219, 221, 237, 249, 251, 272, 286, 288, 291

Corpo 4, 39, 68, 80, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 234

Cotidiano 2, 4, 5, 7, 16, 49, 74, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 90, 101, 102, 103, 105, 106, 109, 110, 122, 135, 219, 220, 243, 285, 288

Covid-19 62, 63, 67, 70, 71, 166, 178, 192

D

Deficiência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 150, 151, 156, 157, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 219, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 230, 241

Deficiência Intelectual 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 205, 227

Desafios 5, 35, 52, 53, 54, 55, 62, 70, 72, 78, 79, 85, 103, 160, 164, 167, 168, 181, 184, 186, 227, 230, 233, 236, 238, 240, 241, 244, 255, 270, 277, 280

Desigualdade Racial 36, 39, 40, 42

Dificuldades 2, 3, 4, 7, 23, 26, 27, 29, 32, 34, 36, 38, 39, 40, 55, 56, 58, 59, 60, 91, 107, 145, 168, 197, 242, 279, 288

Docência 36, 41, 42, 46, 52, 54, 55, 57, 60, 77, 129, 131, 133, 187, 195, 196, 198, 200, 201, 202, 205, 295

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 35, 41, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 62, 64, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 85, 86, 87, 99, 101, 111, 119, 127, 129, 131, 132, 133, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 159, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 186, 187, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 210, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 238, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 275, 276, 278, 279, 282, 293, 295

Educação Básica 1, 9, 12, 14, 17, 40, 44, 46, 47, 51, 77, 129, 131, 133, 150, 151, 157, 183, 208, 210, 218, 223, 225, 230, 246, 247, 248, 250, 253, 267, 276, 278, 281, 282, 284, 295

Educação Contemporânea 244

Educação do campo 72, 73, 75, 78, 79

Educação Especial 1, 4, 5, 6, 8, 10, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 201, 205, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 242

Educação Especial Inclusiva 44

Educação Integral 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 246, 247, 248, 251, 253, 254, 263, 264, 266

E-Learning 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168

Ensino Online 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

Ensino Presencial 62, 64, 65, 66, 70, 195

Ensino Remoto Emergencial 182, 183, 185, 192, 193

Ensino Secundário 231, 233, 234, 235, 238, 258, 259, 260, 261, 262, 264

Ensino Superior 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 62, 71, 103, 131, 132, 133, 149, 150, 159, 160, 167, 168, 193, 198, 202, 235, 244, 260, 262, 264, 265, 295

Escola de tempo integral 250

Estágio em docência 55

F

Figuração 219, 221, 222, 223

Formação de competências 270, 271, 277, 278, 279, 280, 282

Formação de professores 14, 23, 59, 60, 76, 129, 132, 142, 147, 149, 195, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 268, 295

G

Geografia 87, 89, 90, 91, 92, 98, 99, 101, 115, 155, 181, 282

Gestão Escolar 129, 131, 133, 153, 154, 196, 209, 219, 221, 223, 224, 244

Graffiti 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

H

História da educação 231, 255, 256, 258, 263, 265, 267, 268

História em quadrinhos 87, 92

I

Imagens 65, 82, 84, 89, 90, 91, 96, 97, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 169, 178, 186, 187, 188, 191

Inclusão 2, 3, 5, 6, 9, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 44, 53, 54, 73, 90, 129, 133, 152, 153, 157, 158, 186, 189, 198, 199, 200, 203, 208, 226, 229, 231, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 249

J

Jovens universitários 101, 102, 103

L

Letramentos Acadêmicos 129, 134, 136, 137, 138, 142

M

Manifesto dos pioneiros 268

Matemática 77, 79, 85, 133, 155, 194, 207, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246, 283, 284, 286, 289, 295

Metodologia Ativa 283

Moçambique 231, 232, 234, 236, 238

Moodle 133, 165, 166, 182, 183, 187, 188, 191, 192, 193, 204, 269

P

Pandemia 62, 63, 65, 66, 67, 70, 166, 178, 183, 185, 190

Políticas Públicas 4, 24, 36, 38, 47, 51, 73, 75, 76, 79, 151, 207, 208, 210, 229, 282

Prática Pedagógica 10, 46, 47, 71, 158, 188, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Processo Ensino-Aprendizagem 62, 65, 90, 98, 99, 193

Professor 6, 7, 10, 12, 15, 17, 21, 29, 30, 31, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 56, 58, 59, 60, 71, 77, 90, 98, 99, 122, 137, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 154, 155, 156, 157, 182, 184, 185, 186,

187, 191, 192, 193, 198, 200, 210, 227, 231, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 270, 276, 281, 289, 292, 295

Programa Mais Educação 21, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 253, 254, 267

Projeto Político Pedagógico 57, 72, 74, 76, 77, 79, 145

R

Robótica Educacional Livre 283, 286, 288

S

Saberes e Docência Virtual 196

Sensibilidades 240

T

Tecnologia Assistiva 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 150, 151, 157


Tecnologias digitais de informação e comunicação 153, 154

Tensão 134, 138, 219, 220, 224, 225


Teoria Histórico-Cultural 44, 48, 53

Trabalho 4, 8, 10, 14, 19, 20, 24, 27, 28, 30, 31, 34, 36, 43, 49, 50, 52, 54, 55, 58, 59, 64, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 85, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 113, 117, 119, 129, 130, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 151, 153, 156, 159, 161, 162, 166, 167, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 178, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 219, 221, 225, 226, 227, 236, 240, 244, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 259, 264, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 288, 289

Trabalho de conclusão de curso 43, 140

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

2